

Economistas criticam os cortes

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

Nas contas do governo não existem déficits orçamentários que justifiquem a execução de uma política econômica recessiva e tampouco substanciais cortes nos despendos das empresas estatais. A essas conclusões chegou um grupo de economistas reunidos, ontem, no Conselho Regional de Economia no Rio, durante debate sobre as causas do déficit público e as suas formas de financiamento.

Para Rogério Werneck, professor de economia na Pontifícia Universidade Católica, o governo deveria estar captando recursos de terceiros no mercado de capitais para suplementar as necessidades de recursos das suas empresas, "em vez de continuar exercendo uma política de controle de preços e serviços públicos que só tende a agravar o déficit dessas empresas".

Ao analisar os diferentes orçamentos da forma como foram apresentados no Congresso Nacional pelo ministro da Fazenda, Francisco Doronelles, o professor da Puc afirmou que a maneira como a questão do déficit está sendo conduzida determina a exigência de uma carga tributária danosa à sociedade brasileira, o mesmo acontecendo com relação à prolongada política de preços.

Ao remontar as diferentes estruturas orçamentárias do País, Werneck chegou à conclusão de que o déficit de Cr\$ 20 trilhões das estatais não deve ser realmente entendido como déficit, na medida em que essas empresas se estão autofinanciando em Cr\$ 40 trilhões para execução dos seus programas de investimentos, "razão pela qual não vejo por que parte desta expansão não seria financiada pelo setor privado, seja por forma de empréstimo ou de investimento, de preferência esta última".

Para o economista Fernando Resende, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), o governo também não pode aumentar a carga tributária sob pretexto de reduzir o déficit público. Segundo explicou, o aumento de receita via tributos só se justificará para cobrir despesas adicionais, como a colocação em prática de programas de alto interesse social.

Na sua opinião, esse aumento da carga tributária deve ser amplamente debatido pela sociedade para que "sejam eliminadas distorções, como os benefícios e privilégios dados a alguns segmentos, que só servem para que a arrecadação dos impostos seja distribuída de forma injusta para a sociedade".

Dessa forma, defendeu a aplicação de uma tabela progressiva para a aplicação do Imposto de Renda sobre os rendimentos de capital, atualmente taxados em 35% de forma indiscriminada. Também sugeriu a taxação dos rendimentos agrícolas, atualmente quase isentos, e a eliminação das mais variadas formas de finalidades de incentivos fiscais.